

## **Aula 01 - Prof. Túlio Lages**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025  
(Pós-Edital)*

Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
10 de Julho de 2025  
**Manzato Moises**

## Índice

1) O que é mais cobrado no assunto - Acesso à Informação - Instituto AOCP .....	3
2) Roteiro de Revisão - Lei de Acesso a Informação .....	4
3) Questões Estratégicas - Acesso à Informação - Instituto AOCP - Médio .....	15
4) Questionário de Revisão - Lei de Acesso á Informação .....	30
5) Referências Bibliográficas .....	34



## O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de **2020 a 2025**, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AACP**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual:

Tópico	% de cobrança Instituto AACP
Finalidade. Aplicabilidade. Diretrizes	16,67%
Acesso à Informação. Transparência Ativa. Formas de Assegurar o Acesso a Informações.	16,67%
Transparência Passiva	33,34%
Restrições de Acesso à Informação. Proteção e Controle de Informações Sigilosas. Informações Pessoais	23,33%
Condutas Ilícitas. Sanções. Responsabilização	10,00%



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Ler e reler a Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), observando os pontos a seguir, aos quais deve ser dada ênfase em seu estudo (caso previsto em edital, ler também o Decreto 7.724/2012):

### Finalidade

*Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.*

- Finalidade da LAI: garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal (art. 1º, caput). Teor dos dispositivos mencionados:

*CF/88, Art. 5º, XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;*

*(...)*

*Art. 37, § 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: (...)*

*II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;*

*(...)*

*Art. 216, § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.*

A LAI, assim, regula tanto o direito à informação, quanto o direito de acesso a registros e informações nos órgãos públicos.

### Aplicabilidade

*Art. 1º, parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:*

*I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;*



*II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

*Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.*

*Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.*

- A LAI é de aplicação obrigatória por todos os entes federativos – é uma **lei nacional** (art. 1º, caput) – em todos os Poderes, tanto na administração direta, quanto na da indireta (art. 1º, parágrafo único, I e II), bem como pelas entidades paraestatais, no que tange aos recursos públicos recebidos e à sua destinação (art. 2º).

Além disso, a **LAI estabelece normas gerais** que devem ser observadas pelos Estados, pelo DF e pelos Municípios na definição de regras específicas, por meio de legislação própria (art. 45).

## Diretrizes

*Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;*
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;*
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;*
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.*

- As diretrizes do art. 3º, I a V, devem ser observadas em conjunto com os princípios básicos da administração pública na execução dos procedimentos previstos na LAI, que se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação (art. 3º, caput).

## Acesso à Informação

*Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*

- I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;*
- II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;*
- III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;*
- IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;*



V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

- Exemplos de informações de que a LAI busca assegurar acesso: art. 7º, incisos I a VII. Não entram aí as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (art. 7º. § 1º). Mesmo assim, quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo (art. 7º, § 2º).

É importante destacar que a negativa de acesso às informações objeto de solicitação aos órgãos e entidades abrangidos pela LAI, quando não fundamentada, sujeita o responsável a medidas disciplinares (art. 7º, § 4º).

## Transparência Ativa

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

- **Transparência ativa** = disponibilização das informações independentemente de solicitação (art. 8º).

- A divulgação deve ocorrer em **local de fácil acesso** (caput).

- Conteúdo mínimo da informação a ser divulgada na transparência ativa – ler e reler o § 1º.



- Todos os meios e instrumentos legítimos devem ser utilizados para a realização da transparência ativa (§ 2º).
- Na transparência ativa, a **divulgação em sítios oficiais na internet é obrigatória** (§ 2º), que devem atender aos requisitos previstos no § 3º. Entretanto, os Municípios com população de até 10.000 habitantes ficam **dispensados** da divulgação obrigatória na internet mencionada (§ 4º), mas continuam obrigados a disponibilizar as informações de interesse coletivo ou geral em local de fácil acesso (*caput*).

## Formas de assegurar o acesso a informações

*Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*

*I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:*

- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
- c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e*

*II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.*

- São previstas duas formas de assegurar o acesso a informações públicas:
  - a) criação de serviço de informações ao cidadão;
  - b) realização de audiências/consultas públicas e incentivo à participação popular.

## Transparência Passiva

- **Transparência passiva** = disponibilização das informações em resposta à requerimento - **pedido de acesso** – apresentado por **qualquer interessado** (arts. 10 a 20).
- O pedido deve conter a **identificação do requerente e a especificação da informação requerida** (art. 10, *caput*), embora a identificação do requerente não possa conter exigências que inviabilizem a solicitação para o acesso a informações de interesse público (art. 10, § 1º), sendo vedadas, ainda, quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público (art. 10, § 3º).
- O acesso à informação deve ser concedido de **forma imediata** (art. 11, *caput*) e, caso isso não seja possível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá adotar as medidas previstas nos incisos I a III do § 1º em prazo não superior a 20 dias (art. 11, § 1º), que poderá ser prorrogado por mais 10 dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente (art. 11, § 2º).





- O serviço de busca e fornecimento da informação é, regra geral, **gratuito**, sem embargo das considerações contidas no *caput* e parágrafo único do art. 12.
- Será concedido acesso à informação de interesse mesmo que ela esteja contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade. Nesse caso, será oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original (art. 13, *caput*), ou, caso não seja possível a obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, a suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original (art. 13, parágrafo único).
- Em caso de negativa de acesso, o requerente possui direito de obter o inteiro teor da decisão, por certidão ou cópia (art. 14). Além disso, poderá o interessado interpor recurso (hierárquico) contra a decisão que nega o acesso, no prazo de 10 dias a contar da sua ciência (art. 15, *caput*).
- Também é possível recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU), quando negado o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do **Poder Executivo Federal**, nos casos especificados nos incisos I a IV do art. 16, e desde que o recurso tenha sido submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada (art. 16, *caput* e § 1º).
- Caso a CGU defira o recurso, ela deverá determinar ao órgão ou entidade que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei (art. 16, § 3º). Caso haja negativa da CGU, poderá ser interposto recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações do art. 35 (art. 15, §§ 2º e 3º).
- No âmbito dos demais poderes e do Ministério Público, serão objeto da respectiva regulamentação própria os procedimentos de revisão de decisões denegatórias proferidas no recurso do art. 15 (hierárquico) ou de revisão de classificação de documentos sigilosos (art. 18).
- No procedimento de acesso à informação, aplica-se de forma subsidiária, no que couber, a Lei 9.784/1999 (art. 20).

## Restrições de Acesso à Informação

Não poderá ser negado acesso (art. 21, <i>caput</i> )	Não poderão ser objeto de restrição de acesso (art. 21, parágrafo único)
Informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.	Informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas





- As demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, bem como as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público, **não são excluídas pelo disposto na LAI (art. 22).**

## Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo e Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação

*Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:*

*I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;*

*II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;*

*III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;*

*IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;*

*V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;*

*VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;*

*VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou*

*VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.*

- As informações do art. 23 **podem ser classificadas**, porque são consideradas **imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado**.

- Observado seu teor e em razão de sua **imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado**, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas poderá ser classificada conforme o quadro a seguir:

Grau de sigilo (art. 24, caput)	Ultrassecreta*	Secreta*	Reservada*
Prazo máximo de restrição de acesso (art. 24, § 1º)	25 anos** ***	15 anos** ***	5 anos** ***
Observações	-	-	As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do



			último mandato, em caso de reeleição (art. 24, § 2º).
<b>Competência para a classificação no âmbito da Adm. Pública Federal (art. 27, I a III)</b>	a) Presidente da República. b) Vice-Presidente da República. c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas. d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.	a) Autoridades competentes para classificar no grau ultrassecreto.  b) Titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista	a) Autoridades competentes para classificar no grau secreto.  b) Autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou de hierarquia equivalente, de acordo com regulamentação específica de cada órgão ou entidade, observado o disposto na LAI.

Obs\*: Aspectos a serem observados para a classificação da informação em determinado grau de sigilo (art. 24, § 5º):

1) interesse público da informação;

2) utilização do **critério menos restritivo possível**, considerados a) a gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Estado e b) o prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final.

Obs\*\*: De forma alternativa a tais prazos, poderá ser estabelecida como termo final de restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação (art. 24, § 3º).

Obs\*\*\*: Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de **acesso público** (art. 24, § 4º).

- Com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo, a classificação das informações será **reavaliada** pela autoridade classificadora ou por autoridade hierarquicamente superior, mediante **provocação** ou de **ofício** (art. 29, caput), devendo ser examinadas a permanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação da informação (art. 29, § 2º).

## Proteção e Controle de Informações Sigilosas

Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.



§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.

§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei.

- O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei (art. 25, § 1º), sendo obrigação do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidos por seus órgãos e entidades (art. 25, caput).

Além disso, aquele que obtém acesso à informação classificada como sigilosa é obrigado a resguardar o sigilo (art. 25, § 2º).

## Informações Pessoais

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem; e

II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

I - à prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;

II - à realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.



*§ 4º A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.*

- Há uma preocupação com a **intimidade**, a **vida privada**, a **honra** e a **imagem** no trato das informações pessoais (§ 1º).
- O uso indevido de informações pessoais será objeto de **responsabilização** (§ 2º).
- Pelo prazo de **100 anos**, as informações pessoais aludidas pelo art. 31 terão seu acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem. Essa regra independe da classificação de sigilo (§ 1º, I).
- Se houver **previsão legal** ou **consentimento expresso da pessoa** a que se referirem, as informações pessoais aludidas pelo art. 31 poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros (§ 1º, II).

Por outro lado, a LAI já aponta, no § 3º, algumas hipóteses em que não será exigido o referido consentimento. Além disso, a Lei já estabelece a impossibilidade de invocar-se a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa em dois casos (§ 4º):

- a) quando há intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido; e
- b) nas ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

## Condutas ilícitas

*Art. 32. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público ou militar:*

- I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;*
- II - utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;*
- III - agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso à informação;*
- IV - divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido à informação sigilosa ou informação pessoal;*
- V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;*
- VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação sigilosa para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e*
- VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.*



- As condutas do art. 32, I a VII são **ilícitas** e ensejam responsabilidade do **agente público ou militar** (art. 32, *caput*).
- No caso dos **militares**, as condutas do art. 32, I a VII são consideradas **transgressões militares médias ou graves**, segundo os critérios estabelecidos nos regulamentos disciplinares das Forças Armadas, desde que não tipificadas em lei como crime ou contravenção penal (art. 32, § 1º, I).
- No caso dos **servidores públicos federais**, regidos pela Lei 8.112/90, as condutas do art. 32, I a VII são consideradas **infrações administrativas**, que deverão ser apenadas, **no mínimo, com suspensão**, segundo os critérios estabelecidos naquela Lei.
- O agente público ou militar **também poderá responder por improbidade administrativa**, em razão das condutas do art. 32, I a VII.

## Sanções

*Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - multa;*

*III - rescisão do vínculo com o poder público;*

*IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e*

*V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.*

*§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.*

*§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.*

*§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade pública, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.*

- **Pessoas físicas ou entidades privadas** também podem ser responsabilizadas (art. 33), desde **que detenham informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixem de observar o disposto na LAI**. Sanções possíveis (art. 33, I a V):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) rescisão do vínculo com o poder público;





d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 anos; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

A multa pode ser aplicada com as demais sanções, exceto com a declaração de inidoneidade (art. 33, § 1º) que, inclusive, só pode ser aplicada (competência exclusiva!) pela autoridade máxima do órgão ou da entidade pública (art. 33, § 3º).

## Responsabilização

*Art. 34. Os órgãos e entidades públicas respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso.*

*Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se à pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.*

- Responsabilidade civil objetiva (art. 34): respondem, dessa forma, pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de informações sigilosas ou informações pessoais:

i) Estado (órgãos e entidades públicas).

ii) Pessoa física ou entidade privada que, em virtude de vínculo de qualquer natureza com órgãos ou entidades, tenha acesso a informação sigilosa ou pessoal e a submeta a tratamento indevido.

Na responsabilidade objetiva, cabe, ainda, a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de regresso (parágrafo único).



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Técnico de Tecnologia da Informação) Uma servidora do Ministério Público do Estado do Paraná foi questionada a respeito da viabilidade de restrição na divulgação e acesso a determinada informação. A servidora sabe que a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) prevê a possibilidade de classificação de informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado. Assim, nos termos da referida lei, é correto afirmar que são passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam

- a) prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional.
- b) viabilizar a condução de negociações ou as relações internacionais do País.
- c) oferecer qualquer risco, ainda que ínfimo, à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.
- d) auxiliar na defesa e na soberania nacionais ou na integridade do território nacional.
- e) pôr em risco a segurança de instituições ou de quaisquer autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares.

### Comentários

Todas as alternativas fazem menção aos incisos do artigo 23 da Lei nº 12.527/2011, estando transcrita de forma correta apenas a alternativa A:





Art. 23. São consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - **pôr em risco** a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; (Letra D - **incorreta**)

II - **prejudicar ou pôr em risco** a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; (Letra B - **incorreta**)

(...)

IV - oferecer **elevado** risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; (Letra C - **incorreta**)

(...)

VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional; (Letra A - **correta**)

VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de **altas autoridades** nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou (Letra E - **incorreta**)

**Gabarito: Letra A.**

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) De acordo com a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, a pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nessa Lei está sujeita a quais sanções?

- a) Prestação de serviços à comunidade; multa; rescisão imediata do vínculo com o poder público; impedimento de contratar com a administração pública por prazo não inferior a 10 (dez) anos.
- b) Detenção de bens; multa; suspensão temporária ou definitiva de participar em licitação.
- c) Perda de bens e valores; reclusão; multa; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.



d) Advertência; multa; rescisão do vínculo com o poder público; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

e) Reabilitação; multa; advertência; prisão simples.

## Comentários

As sanções estão previstas no artigo 33 da Lei nº 12.527/2011, sendo a letra D aquela que lista corretamente elas:

*Art. 33. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:*

*I - advertência;*

*II - multa;*

*III - rescisão do vínculo com o poder público;*

*IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e*

*V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.*

*§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.*

Vejamos os erros das demais:

a) ~~Prestação de serviços à comunidade~~; multa; rescisão imediata do vínculo com o poder público; impedimento de contratar com a administração pública por prazo ~~não inferior a 10 (dez) anos~~.

b) ~~Detenção de bens~~; multa; suspensão temporária ou ~~definitiva~~ de participar em licitação.

c) ~~Perda de bens e valores; reclusão~~; multa; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública.



e) **Reabilitação**; multa; advertência; ~~prisão simples~~.

**Gabarito: Letra D.**

**3. (Instituto AOCP/2024/DEPEN-PR/Policial Penal) De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.**

a) É direito do requerente obter informação absoluta ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

b) Quando não for autorizado acesso integral à informação, por ser ela parcialmente sigilosa, tampouco será assegurado o acesso à parte não sigilosa, ainda que sob termo de compromisso.

c) É dever do Departamento de Polícia Penal do Estado, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, a exemplo dos registros das despesas e de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros.

d) O uso de sítios virtuais da rede mundial de computadores (internet) para divulgação de informações de interesse coletivo ou geral é opcional àqueles Estados e Municípios com população de até 1 (um) milhão de habitantes.

e) Não cabe recurso contra decisão que não autoriza o acesso, pelo requerente, por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.

### Comentários

Letra A - **incorreta**. Apesar de ser um direito do requerente obter esse tipo de informação, ela não é absoluta, devendo ser preservado o sigilo dessa quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, conforme § 1º do artigo 7º da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:*

*(...)*

*VII - informação relativa:*

*(...)*



*b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.*

*(...)*

*§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.*

Letra B - **incorreta**. É assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, conforme § 2º do artigo 7º da Lei nº 12.527/2011:

*§ 2º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.*

Letra C - **correta**. Está de acordo com o previsto no artigo 8º da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.*

*§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:*

*(...)*

*II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;*

*III - registros das despesas;*

Letra D - **incorreta**. O uso de sítios virtuais da rede mundial de computadores (internet) para divulgação de informações de interesse coletivo ou geral é opcional apenas para os Municípios com população de até dez mil habitantes, conforme § 4º do artigo 8º da Lei nº 12.527/2011:

*§ 4º Os Municípios com população de até 10.000 (dez mil) habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).*



Letra E - **incorreta**. Na verdade, cabe recurso contra decisão que não autoriza o acesso à informação total ou parcialmente sigilosa, nos termos do § 4º do artigo 11 da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 11, § 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.*

**Gabarito: Letra C.**

4. (Instituto AOCP/2024/UFS/Assistente de Alunos) Em relação ao acesso a informações, com base na Lei Federal nº 12.527/2011, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A realização de audiências públicas não é uma forma de assegurar o acesso a informações públicas.

( ) São permitidas exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

( ) É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.

( ) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.

a) V – V – F – V.

b) F – V – F – F.

c) V – F – V – F.

d) F – V – V – V.

e) F – F – V – V.

### Comentários

A primeira afirmativa é **falsa**, já que essa é uma das formas de se assegurar o acesso a informações públicas, conforme inciso II do artigo 9º da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*



(...)

*II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.*

A segunda afirmativa também é **falsa**, já que são expressamente vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes, conforme § 3º do artigo 10 da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 10, § 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.*

As demais afirmativas são **verdadeiras**, correspondendo aos seguintes preceitos da Lei nº 12.527/2011:

*Art. 14. É direito do requerente obter o inteiro teor de decisão de negativa de acesso, por certidão ou cópia.*

(...)

*Art. 21. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.*

Assim, a sequência correta é F-F-V-V, sendo a letra E o gabarito.

**Gabarito: Letra E.**

## 5. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente - Administração) São diretrizes dos procedimentos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011):

- a) desenvolvimento do controle social da administração pública e fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- b) solução pacífica dos conflitos e celeridade na tramitação.
- c) não intervenção e garantia do desenvolvimento administrativo.
- d) observância da publicidade como preceito geral e garantia do sigilo como exceção e solução pacífica dos conflitos.
- e) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e autodeterminação dos indivíduos.

## Comentários



As diretrizes dos procedimentos da Lei de Acesso à Informação estão elencadas no artigo 3º da Lei nº 12.527/2011 e são os seguintes:

*Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:*

*I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*

*II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;*

*III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;*

*IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;*

*V - desenvolvimento do controle social da administração pública.*

Entre as alternativas, a única que elenca corretamente duas diretrizes é a alternativa A.

As demais alternativas estão **incorretas** por elencarem as seguintes diretrizes:

Letra B - solução pacífica dos conflitos e celeridade na tramitação.

Letra C - não intervenção e garantia do desenvolvimento administrativo.

Letra D - solução pacífica dos conflitos.

Letra E - autodeterminação dos indivíduos.

**Gabarito: Letra A.**

**6. (Instituto AOCP/2023/UFRB/Assistente) Assinale a alternativa que apresenta definição correta segundo a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).**

a) Documento: aquele relacionado à pessoa natural identificada ou identificável.

b) Integridade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

c) Informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.





d) Disponibilidade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

e) Autenticidade: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

## Comentários

Todas as alternativas fazem referência a termos definidos no artigo 4º da Lei nº 12.527/2011, estando corretamente definido apenas o termo "informação sigilosa", letra C:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

II - **documento**: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato; (Letra A - **incorreta**)

III - **informação sigilosa**: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; (Letra C - **correta**)

(...)

VI - **disponibilidade**: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados; (Letra D - **incorreta**)

VII - **autenticidade**: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema; (Letra E - **incorreta**)

VIII - **integridade**: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; (Letra B - **incorreta**)

Gabarito: Letra C

7. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Administrativa) Entre as funções do técnico administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, algumas têm relação com a gestão das informações. Diante desse aspecto, de acordo com a Lei nº 12.527/2011, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).



I. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na Lei nº 12.527/2011.

II. No caso de indeferimento de acesso a informações, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

III. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são os seguintes: ultrassecreta (25 anos); secreta (15 anos); e reservada (5 anos).

a) I, II e III.

b) Apenas I e II.

c) Apenas I e III.

d) Apenas II e III.

e) Apenas II.

### Comentários

Todos os itens estão de acordo com a Lei nº 12.527/2011, sendo a letra A o gabarito:

- *Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. (Item I)*

(...)

*Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência. (Item II)*

(...)

*Art. 24. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.*

*§ 1º Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: (Item III)*

*I - ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos;*



*II - secreta: 15 (quinze) anos; e*

*III - reservada: 5 (cinco) anos.*

**Gabarito: A**

8. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Informática) A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) regulamenta prazos e formas de disponibilização de informações. De acordo com essa lei, qual é o prazo máximo que um órgão público tem para responder a um pedido de informação?

- a) 15 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- b) 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.
- c) 15 dias, prorrogáveis por mais 20 dias.
- d) 20 dias, prorrogáveis por mais 15 dias.
- e) 30 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

### Comentários

Em regra, a **informação disponível** deve ter seu acesso concedido ou autorizado pelo órgão público de forma imediata, porém caso não seja possível ele terá o prazo de 20 dias, prorrogáveis por mais 10, para adotar uma série de medidas elencadas no § 1º do artigo 11 da Lei nº 12.527/2011:

**Art. 11. O órgão ou entidade pública *deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.***

**§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:**

*I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;*

*II - indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido; ou*



*III - comunicar que não possui a informação, indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém, ou, ainda, remeter o requerimento a esse órgão ou entidade, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.*

*§ 2º O prazo referido no § 1º poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.*

Assim, a alternativa correta é a letra B.

**Gabarito: Letra B**

9. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Técnico de Defensoria - Informática) Você, como um técnico de informática que trabalha na DPEMS e lida com solicitações de acesso a informações para casos judiciais, tem como parte de suas responsabilidades compreender as hipóteses de sigilo previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) para avaliar se determinada informação pode ou não ser disponibilizada a terceiros, incluindo advogados, defensores públicos e cidadãos em busca de dados relacionados a processos legais. Diante disso, quais são as três hipóteses de sigilo previstas nessa Lei que podem ser alegadas para negar o acesso a uma informação?

- a) Segurança nacional, sigilo fiscal e sigilo empresarial.
- b) Segurança nacional, sigilo bancário e sigilo médico.
- c) Segurança pública, sigilo fiscal e sigilo de dados pessoais.
- d) Segurança nacional, sigilo bancário e sigilo empresarial.
- e) Segurança pública, sigilo fiscal e sigilo empresarial.

### Comentários

As hipóteses de sigilo a que a questão se refere são aquelas previstas no artigo 6º do Decreto nº 7.724/2012, o qual regulamenta a Lei nº 12.527/2011, e estão corretamente elencadas na letra D:

*Art. 6º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica:*

*I - às hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça;*  
*e*



*II - às informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo **sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**, na forma do §1º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 2011.*

Vejamos os erros das demais:

- a) Segurança nacional, sigilo fiscal e sigilo ~~empresarial~~.
- b) Segurança nacional, sigilo bancário e sigilo ~~médico~~.
- c) Segurança ~~pública~~, sigilo fiscal e sigilo de ~~dados pessoais~~.
- e) Segurança ~~pública~~, sigilo fiscal e sigilo ~~empresarial~~.

**Gabarito: Letra D.**

10. (Instituto AOCP/2022/MPE-RR/Técnico do Ministério Público Estadual) A Lei Federal nº 12.527/2011 regula o acesso a informações. Assinale a alternativa correta sobre o que deve ser feito quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.

- a) O requerente deverá ser informado da decisão definitiva e da justificativa, não cabendo recurso por se tratar de informação sigilosa.
- b) O requerente deverá ser orientado sobre a localização do arquivo ou informação para viabilizar um novo pedido de acesso quando cessar o sigilo.
- c) O requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição.
- d) O requerente poderá ter acesso aos dados do responsável em conceder o acesso, se assim for possível, para abrir um processo administrativo.
- e) O requerente terá o prazo de três dias para solicitar a revisão do pedido, caso contrário esse será arquivado definitivamente.

### Comentários

A resposta se encontra no § 4º do artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, correspondendo à alternativa C:



§ 4º Quando não for autorizado o acesso por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.

Vejamos o erro das demais:

- a) O requerente deverá ser informado da decisão definitiva e da justificativa, ~~não cabendo recurso por se tratar de informação sigilosa~~.
- b) O requerente deverá ser ~~orientado sobre a localização do arquivo ou informação para viabilizar um novo pedido de acesso quando cessar o sigilo~~. - Como visto acima, ele deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação
- d) O requerente poderá ~~ter acesso aos dados do responsável em conceder o acesso, se assim for possível, para abrir um processo administrativo~~. Ao requerente será indicado a autoridade competente para apreciar o recurso
- e) O requerente ~~terá o prazo de três dias~~ para solicitar a revisão do pedido, caso contrário esse será arquivado definitivamente. Não existe tal prazo no preceito legal acima.

**Gabarito: Letra C.**

**11. (Instituto AOCP/2024/MPE-PR/Auxiliar Técnico) Conforme o regime de proteção e controle de informações sigilosas previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção.
- b) O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação, para aquele que a obteve, de resguardar o sigilo.
- c) As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.
- d) A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias





para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações sigilosas.

e) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la, independentemente de credenciamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

## Comentários

A alternativa incorreta é a letra E, uma vez que o acesso a esse tipo de informação depende sim do credenciamento da pessoa que tenha necessidade de conhecê-la, nos termos do § 1º do artigo 25 da Lei nº 12.527/2011. As demais alternativas estão de acordo com outros preceitos da mesma lei:

*Art. 25. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. (Letra A - **correta**)*

*§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão **restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento**, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei. (Letra E - **incorreta**)*

*§ 2º O acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo. (Letra B - **correta**)*

*§ 3º Regulamento disporá sobre procedimentos e medidas a serem adotados para o tratamento de informação sigilosa, de modo a protegê-la contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.*

*Art. 26. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas. (Letra C - **correta**)*

*Parágrafo único. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação desta Lei. (Letra D - **correta**)*

**Gabarito: Letra E**





## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

- 1) Qual direito fundamental pretende-se assegurar a partir dos procedimentos previsto na LAI?
- 2) Quais critérios devem ser observados na execução dos procedimentos previstos na LAI?
- 3) Complete as lacunas a seguir, a respeito de definições constantes da LAI:
  - 3.1. \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
  - 3.2. \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
  - 3.3. \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
  - 3.4. \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- 4) Toda informação pessoal é sigilosa, de acordo com as previsões da LAI?
- 5) Quais os mecanismos apontados pela LAI deverão ser utilizados para que seja assegurado o acesso a informações públicas?
- 6) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos recursos na LAI:
  - 6.1. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ dias a contar da sua \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;
  - 6.2. O recurso será dirigido à autoridade \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ dias;
  - 6.3. \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ dias;



6.4. No caso de indeterimento de pedido de \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

## Perguntas com respostas

1) Qual direito fundamental pretende-se assegurar a partir dos procedimentos previsto na LAI?

Direito fundamental de acesso à informação, conforme art. 3º, caput da LAI:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o **direito fundamental de acesso à informação** e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

2) Quais critérios devem ser observados na execução dos procedimentos previstos na LAI?

De acordo com o art. 3º, caput da LAI, devem ser observados os princípios básicos da administração pública e a diretrizes estabelecidas nos incisos I a V do mesmo artigo:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os **princípios básicos da administração pública** e com as **seguintes diretrizes**:

I - **observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;**

II - **divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;**

III - **utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;**

IV - **fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;**

V - **desenvolvimento do controle social da administração pública.**

3) Complete as lacunas a seguir, a respeito de definições constantes da LAI:

3.1. \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

3.2. \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;



3.3. \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;

3.4. \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

(a) integridade	(b) disponibilidade	(c) primariedade	(d) autenticidade
-----------------	---------------------	------------------	-------------------

#### 4) Toda informação pessoal é sigilosa, de acordo com as previsões da LAI?

Não. A informação pessoal é aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável (art. 4º, IV). Já a informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado (art. 4º, III).

Assim, é possível que uma informação pessoal não seja sigilosa.

De qualquer modo, os órgãos e entidades do poder público devem assegurar a proteção da informação sigilosa e da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso (art. 6º, III).

A LAI dispõe especificamente sobre a proteção e o controle de informações sigilosas nos arts. 25 e 26.

Por outro lado, a LAI traz disposições específicas sobre as informações pessoais em seu art. 31.

#### 5) Quais os mecanismos apontados pela LAI deverão ser utilizados para que seja assegurado o acesso a informações públicas?

Para assegurar o acesso a informações públicas, a LAI prever a criação de serviço de informações ao cidadão, bem como a realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação:

*Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:*

*I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:*

- a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;*
- b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
- c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e*



*II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação.*

6) Complete as lacunas a seguir, a respeito dos recursos na LAI:

6.1. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de \_\_\_\_ (a) \_\_\_\_ dias a contar da sua \_\_\_\_ (b) \_\_\_\_;

6.2. O recurso será dirigido à autoridade \_\_\_\_ (c) \_\_\_\_ superior à que exarou a decisão impugnada, que deverá se manifestar no prazo de \_\_\_\_ (d) \_\_\_\_ dias;

6.3. \_\_\_\_ (e) \_\_\_\_ o acesso a informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de \_\_\_\_ (f) \_\_\_\_ dias;

6.4. No caso de indeferimento de pedido de \_\_\_\_ (g) \_\_\_\_ de informação protocolado em órgão da administração pública federal, poderá o requerente recorrer ao Ministro \_\_\_\_ (h) \_\_\_\_ da área, sem prejuízo das competências da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, previstas no art. 35, e do disposto no art. 16.

(a) dez	(b) ciência	(c) hierarquicamente	(d) cinco	(e) negado
(f) cinco	(g) desclassificação	(h) de Estado		



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.